



TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

CADERNO ORIENTADOR PARA A CONSTRUÇÃO DO PME 2026-2036

DA REALIDADE DO TERRITÓRIO AO PLANO DECENAL

Instrumento técnico-operacional para diagnóstico, territorialização, formulação de objetivos, metas e estratégias, financiamento, governança, participação social, monitoramento e avaliação.



Ione Sousa de Matos

Técnica Local da Rede de Cooperação
para elaboração e acompanhamento
do Plano Municipal de Educação
Presidente do Conselho Municipal
de Educação e Membro da Diretoria
da UNCME-BA



Gilvânia da Conceição Nascimento

Docente da Universidade Estadual
de Santa Cruz – UESC
Coordenadora Estadual
da UNCME-BA

2026



FICHA TÉCNICA

CADERNO ORIENTADOR PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME

Da realidade do território ao Plano Decenal: diagnóstico, prioridades, objetivos, metas, estratégias, financiamento e monitoramento.

PME de duração decenal, em consonância
com o Plano Nacional de Educação vigente.

2026

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICA



Ione Sousa de Matos

Técnica Local da Rede de Cooperação para Elaboração dos Planos Municipais de Educação do Território do Sisal – SASE/MEC
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Membro da Diretoria da UNCME-BA



Gilvânia da Conceição Nascimento

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Coordenadora Estadual da UNCME-BA

FINALIDADE

Material técnico-orientador destinado a apoiar os municípios no processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação, contribuindo para a organização metodológica das etapas de diagnóstico, análise dos problemas educacionais, identificação de descritores, causas e causas críticas, definição de prioridades, formulação de objetivos, metas e estratégias, planejamento do financiamento e estruturação do monitoramento e da avaliação.



MATOS, Ione Sousa de; NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição. **Caderno orientador para a construção do Plano Municipal de Educação – PME**: da realidade do território ao Plano Decenal: diagnóstico, prioridades, objetivos, metas, estratégias, financiamento e monitoramento. Território do Sisal – Bahia, 2026.

TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

PLANEJAMENTO HOJE, MAIS DIREITOS AMANHÃ

TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA

Este Caderno tem o Território do Sisal - Bahia como espaço de referência para sua construção, a partir do diálogo, das experiências e das necessidades identificadas no acompanhamento aos municípios.

Sua metodologia, entretanto, não se restringe ao Território do Sisal e poderá ser utilizada e adaptada por outros municípios, respeitando-se suas especificidades, seus dados, suas responsabilidades, seus contextos e a realidade de cada território.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno Orientador para a Construção do Plano Municipal de Educação - PME, de duração decenal e em consonância com o PNE vigente, nasce de uma inquietação que tem nos acompanhado no diálogo e no trabalho junto aos municípios: como podemos oferecer suporte técnico sem retirar do município aquilo que é essencialmente seu - o protagonismo na construção do próprio Plano Municipal de Educação?

Essa pergunta ganhou ainda mais força a partir das experiências vivenciadas na atuação como Técnica Local da Rede de Cooperação para elaboração e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação, tendo o Território do Sisal - Bahia como importante espaço de referência, escuta, diálogo e construção coletiva; e da nossa atuação na Diretoria da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME Bahia, orientando os Conselhos Municipais de Educação, seja na Coordenação Estadual da UNCME ou na atuação como Presidente do Conselho Municipal de Educação de Araci - BA.

São lugares diferentes de atuação, mas que se encontram em uma mesma convicção: o planejamento educacional precisa nascer da realidade e retornar a ela como compromisso público de transformação.

A proximidade com os municípios permite perceber que a elaboração de um Plano Municipal de Educação exige muito mais do que conhecer uma legislação, consultar dados ou organizar um conjunto de metas e estratégias. Exige compreender o território, escutar seus sujeitos, identificar desigualdades, reconhecer potencialidades, analisar evidências, estabelecer prioridades e assumir compromissos que sejam possíveis de executar, financiar, monitorar e avaliar ao longo de uma década.

Foi desse percurso que surgiu a necessidade de construir este Caderno.

Nossa intenção não é entregar um PME pronto. Também não é oferecer um modelo para que objetivos, metas, percentuais ou estratégias sejam simplesmente reproduzidos de um município para outro. É justamente o contrário.

Este Caderno foi construído para fortalecer o protagonismo municipal na elaboração do PME. Queremos que cada município possa olhar para si mesmo e reconhecer-se no Plano que construiu.

Que o PME revele quem é esse município, onde estão seus sujeitos, como sua educação está organizada, quais avanços já foram alcançados, quais problemas ainda persistem, quais desigualdades precisam ser enfrentadas, quais territórios demandam maior atenção e quais compromissos deverão ser assumidos para os próximos dez anos.

Porque um PME não deve ser o retrato de outro município.

Não deve ser uma reprodução automática de metas nacionais ou estaduais.

Não deve ser um documento tecnicamente bonito, mas distante da vida real.

O PME precisa ter endereço. Precisa ter território. Precisa ter identidade. Precisa ter evidência.

Precisa ter gente.

Por trás de cada percentual existem bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Existem profissionais da educação, famílias, comunidades urbanas e rurais, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e diferentes sujeitos que vivem o direito à educação de maneiras distintas dentro de um mesmo município.

Por isso, uma média municipal nunca pode encerrar a análise.

É necessário perguntar:

Quem está dentro desse número?

Quem não aparece nele?

Onde essas pessoas estão?

Quem está ficando para trás?

Em qual território o problema é maior?

Que desigualdade o dado pode estar escondendo?

Por que essa realidade existe?

O que o município pode fazer para transformá-la?

É nesse sentido que este Caderno procura chegar ao “miudinho” da construção do PME.

Mais do que dizer o que precisa ser feito, ele procura acompanhar o percurso de quem está fazendo: onde buscar os dados, o que observar, quais perguntas fazer, como territorializar, como identificar um problema, como investigar suas causas, como estabelecer uma linha de base, como formular uma meta, como construir estratégias, como definir indicadores, como identificar responsabilidades, como trabalhar o regime de colaboração, como prever financiamento e como organizar o monitoramento e a avaliação.

E, quando necessário, o próprio Caderno convida a equipe a parar.

Ainda falta algum dado?

Ficou alguma dúvida?

O que precisamos investigar melhor?

Que ideia surgiu?

Com quem precisamos conversar?

Estamos prontos para avançar ou ainda precisamos retornar ao diagnóstico?

Essas pausas são intencionais.

Elaborar um PME não deve ser uma corrida para preencher metas. É um processo de conhecimento do próprio município.

Nossa expectativa é que este material possa estar sobre a mesa dos Coordenadores Municipais do PME, Comissões Coordenadoras, Equipes Técnicas, Secretarias Municipais de Educação, Conselhos Municipais de Educação, Fóruns Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social e demais instituições e sujeitos envolvidos na construção, implementação, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação.

Mas há algo que consideramos ainda mais importante: esperamos que essas equipes se sintam autoras do processo.

O suporte técnico deve oferecer ferramentas, provocar perguntas, ajudar a organizar caminhos e fortalecer capacidades. Ele não pode substituir a leitura que o município precisa fazer de si mesmo.

Por isso, não esperamos encontrar, ao final desse processo, dezenas de PMEs iguais.

Esperamos encontrar municípios protagonistas e planos diferentes porque diferentes são seus territórios, seus dados, suas necessidades, suas potencialidades e seus desafios.

Os referenciais mais amplos são fundamentais para orientar o planejamento educacional e compreender responsabilidades e compromissos compartilhados. Entretanto, é no território que esses compromissos precisam ganhar concretude.

O município não copia. O município investiga, escuta, analisa, territorializa, decide, planeja e assume compromissos.

É essa autonomia responsável que este Caderno pretende fortalecer.

Que, ao final, cada município possa abrir seu Plano Municipal de Educação e dizer:

“Este Plano fala de nós. Este Plano nasceu da nossa realidade. Este Plano revela onde estamos, reconhece quem ainda precisa ser alcançado e estabelece onde queremos chegar nos próximos dez anos.”

Se conseguirmos isso, teremos avançado para além da elaboração de um documento obrigatório. Teremos contribuído para construir PMEs vivos, territorializados, participativos, monitoráveis e capazes de orientar políticas públicas que façam sentido para a vida das pessoas. Essa é a intenção deste Caderno.

Esse é o compromisso que orienta sua construção.

Ione Sousa de Matos

Técnica Local da Rede de Cooperação para elaboração e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação
Membro da Diretoria da UNCME Bahia e Presidente do Conselho Municipal de Educação de Araci - BA

Gilvânia da Conceição Nascimento

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz

Coordenadora Estadual da UNCME Bahia

REGRA DE OURO

O município não copia o PNE nem o PEE. Utiliza os planos Nacional e Estadual como referências para compreender responsabilidades, pactuações e direções de política pública, mas constrói seu PME a partir da própria realidade, de dados e evidências locais e das prioridades do território.

Este documento está organizado como uma ferramenta de mesa: pode ser utilizado durante reuniões da Comissão Coordenadora, da Equipe Técnica, do Fórum Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, das audiências e conferências. Em cada bloco, o foco é responder à pergunta prática: “o que precisamos fazer agora para produzir um plano consistente?”

BASE ORIENTADORA UTILIZADA

- Marcos nacionais, estaduais e municipais vigentes aplicáveis ao planejamento educacional decenal.
- Plano Nacional de Educação vigente e demais normas nacionais relacionadas ao planejamento educacional.
- Legislação educacional e bases oficiais que deverão ser verificadas e atualizadas pela equipe municipal durante a elaboração do PME.
- E atenção: antes da consolidação jurídica do PME, a equipe deverá conferir a legislação nacional e estadual vigente, os atos regulamentares supervenientes e as normas do próprio Sistema Municipal de Ensino.

NOTA DE LEITURA - OBRIGAÇÃO LEGAL × ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Este Caderno tem natureza técnico-orientadora. Quando reproduzir exigência expressamente prevista na legislação vigente, o texto deverá ser lido como referência normativa. Nos demais casos, verbos como “deve”, “precisa”, “recomenda-se”, bem como prazos, sequências, checklists, matrizes e exemplos, indicam orientação metodológica para apoiar a organização do processo municipal, e não criam, por si sós, nova obrigação legal. Sempre que houver prazo definido em lei ou ato normativo, prevalece o prazo legal aplicável. A equipe municipal deverá conferir a legislação vigente e as normas do respectivo Sistema de Ensino antes da consolidação do PME.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O PME PRECISA CHEGAR ONDE AS PESSOAS ESTÃO

A construção do Plano Municipal de Educação - PME, de duração decenal e em consonância com o PNE vigente, não pode acontecer de forma silenciosa, restrita às reuniões da Comissão Coordenadora, ao trabalho da Equipe Técnica ou aos espaços da Secretaria Municipal de Educação. Se o Plano pretende orientar os próximos dez anos da educação municipal, o município precisa saber que ele está sendo construído e precisa encontrar oportunidades reais para participar dessa construção.

Mobilizar significa fazer o PME circular pelo território, aproximá-lo das pessoas, criar espaços de diálogo, provocar perguntas, ouvir diferentes vozes e garantir que as contribuições recebidas sejam registradas, analisadas e consideradas no processo de planejamento.

É HORA DE COLOCAR A BOCA NO TROMBONE!

Todo mundo precisa saber que o PME 2026-2036 está em construção. A escola, as famílias, os estudantes, os profissionais da educação, os Conselhos, a Câmara Municipal, as outras Secretarias do Município, as comunidades, as associações, o comércio, as organizações da sociedade civil e o município inteiro precisam saber.

Mas não basta anunciar que “o PME está sendo elaborado”. A comunicação precisa ajudar a população a compreender: O que é o PME? Por que ele é importante? O que será decidido para os próximos dez anos? Em que etapa da construção estamos? Como posso participar? Onde posso deixar uma contribuição? Quando o PME chegará ao meu território? O que acontecerá com a contribuição que eu apresentar?

MENSAGEM-CHAVE

Um Plano que pretende orientar dez anos da educação não pode ser conhecido apenas por quem o escreveu. Antes de ser lei, o PME precisa tornar-se assunto do município.

PME EM MOVIMENTO - PLANEJAMENTO DECENAL

O município pode criar uma identidade própria para toda a mobilização: “PME EM MOVIMENTO - Nosso município está planejando os próximos 10 anos da Educação. Você faz parte dessa construção.” Essa identidade pode acompanhar cards, faixas, adesivos, formulários, crachás, caixas de contribuições, reuniões, documentos, visitas e demais ações.

- AQUI TEM PME EM CONSTRUÇÃO
- O PME ESTÁ PASSANDO POR AQUI
- SUA VOZ TAMBÉM CONSTRÓI O PME
- CONHEÇA OS DADOS. ANALISE A REALIDADE. PARTICIPE.
- O PME PRECISA TER A CARA DO NOSSO TERRITÓRIO.
- DEIXE SUA CONTRIBUIÇÃO.
- PME: UMA CONSTRUÇÃO DECENAL DE TODO O MUNICÍPIO.

NÃO ESPERE A POPULAÇÃO PROCURAR O PME.

Faça o PME encontrar a população. Leve-o às escolas, comunidades, povoados, distritos, feiras, associações, espaços públicos e aos lugares onde as pessoas vivem, trabalham, estudam e se encontram.

PME NAS ESCOLAS

Cada escola pode tornar-se ponto de mobilização e escuta. Realize rodas com estudantes, famílias, profissionais, gestores e Conselhos Escolares; disponibilize mural, caixa de contribuições, QR Code e perguntas sobre a realidade daquele território.

PME ITINERANTE

Organize calendário para percorrer povoados, distritos, comunidades rurais, quilombolas, indígenas, tradicionais e demais territórios existentes. O território não deve precisar ir até o PME; o PME também precisa ir até o território.

AQUI TEM PME EM CONSTRUÇÃO

Distribua adesivos ou cartazes em escolas, SME, Prefeitura, Câmara, CME, unidades de saúde, CRAS, bibliotecas, associações, equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais parceiros, preferencialmente com QR Code para participação.

PME NA RÁDIO E NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Utilize rádio local/comunitária, site institucional, redes sociais oficiais, grupos institucionais de WhatsApp, entrevistas, vídeos curtos, podcasts e, quando adequado, carro de som. Crie o “Minuto do PME” para explicar etapas e perguntas do processo.

CAIXINHA DE CONTRIBUIÇÕES

Crie a caixinha “Que educação queremos para os próximos 10 anos?”. Defina período, pontos de coleta, responsável, forma de sistematização e devolutiva. A contribuição não pode desaparecer depois de recolhida.

MAPA FALADO DO MUNICÍPIO

Use um mapa para localizar falta de vagas, dificuldades de transporte, barreiras, boas experiências e territórios que precisam de atenção. Depois, confronte percepções com dados oficiais.

DIA D DO DIAGNÓSTICO

Apresente dados em linguagem acessível e pergunte: “O que este número está nos dizendo?”, “O que ele não mostra?”, “Quem está escondido atrás dessa média?” e “Onde a situação é mais grave?”.

A VOZ DOS ESTUDANTES

Promova assembleias, rodas, grêmios, desenhos, fotografias, mapas, painéis e outras linguagens adequadas às idades. Na Educação Infantil, respeite as formas próprias de expressão de bebês e crianças.

ESCUTAS POR SEGMENTOS

Planeje escutas específicas com famílias, estudantes, professores, gestores, trabalhadores da educação, Educação Especial, EJA, campo, comunidades tradicionais, juventudes, Conselhos, sindicatos, organizações sociais, IES e outros segmentos existentes.

PME COM OS CONSELHOS

Reúna CME, CACS-FUNDEB, CAE, Conselho Tutelar, Conselhos Escolares e outros colegiados. Pergunte o que o controle e a participação social enxergam que o diagnóstico não pode deixar de revelar.

PME INTERSETORIAL

Articule Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, Fazenda, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Direitos Humanos e demais áreas necessárias. Identifique problemas educacionais que exigem resposta conjunta.

PME NA CÂMARA MUNICIPAL

Apresente o processo ao Legislativo antes da chegada do Projeto de Lei, compartilhando metodologia, dados, participação social e etapas de construção.

PME NA PRAÇA E NA FEIRA

Monte pontos de mobilização em locais de circulação. Pergunte: “Se você pudesse mudar uma coisa na educação do município para os próximos 10 anos, o que seria?”. A resposta é contribuição social e deverá ser analisada tecnicamente.

NOSSO MUNICÍPIO EM 2036

Crie um mural: “Que educação queremos encontrar aqui em 2036?”. Use as respostas como subsídio, cruzando-as com dados, evidências, competências e viabilidade.

PAINEL “PME EM CONSTRUÇÃO”

Mantenha um painel físico e/ou digital com a etapa atual, número de escutas, territórios alcançados, segmentos ouvidos, contribuições recebidas e próxima etapa. O objetivo não é competir por quantidade, mas identificar quem ainda não foi alcançado.

VOCÊ FALOU. O PME ANALISOU.

Depois das escutas, realize devolutiva social. Informe o que foi ouvido, o que os dados confirmaram, o que foi incorporado, o que precisou ser reformulado, o que não pôde ser incorporado e por quê, o que depende de outro ente e o que ainda será aprofundado.

PARTICIPAÇÃO TEM DEVOLUTIVA

Quem participa tem o direito de saber o que aconteceu com sua participação.

NÃO CONFUNDA

AÇÃO	O QUE SIGNIFICA
COMUNICAÇÃO	Fazer as pessoas saberem que o PME está sendo construído.
MOBILIZAÇÃO	Convidar e criar condições para participar.
ESCUTA	Receber percepções, experiências, necessidades e propostas.

DIAGNÓSTICO	Cruzar escutas com dados e evidências e analisar a realidade.
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Incluir diferentes sujeitos no debate das prioridades e decisões.
DEVOLUTIVA	Mostrar como as contribuições foram analisadas e consideradas.

ATENÇÃO

Publicar um card não significa que houve participação social.

MAPA DA MOBILIZAÇÃO

Quem precisamos alcançar?	Como chegaremos?	Como vamos escutar?	Responsável	Quando?	Alcançado?
Escolas	PME nas Escolas	Roda/formulário			☐
Famílias	Escolas/comunidades	Escuta			☐
Estudantes	Escolas/grêmios	Roda/assembleia			☐
Campo/povoados	PME Itinerante	Roda territorial			☐
EJA	Turmas/territórios	Escuta específica			☐
Educação Especial	Escolas/AEE/famílias	Escuta acessível			☐
Conselhos	Encontro integrado	Mesa de análise			☐
Sociedade civil	Associações/entidades	Consulta			☐
Outros segmentos					☐

PARE AQUI: QUEM AINDA NÃO ESTÁ NESTA CONVERSA?

Quais territórios ainda não ouvimos?

Quais segmentos ainda não participaram?

Estamos ouvindo somente as pessoas que normalmente já participam?

Quem pode estar encontrando barreiras para participar?

O que faremos para chegar até essas pessoas?

Que ideia de mobilização surgiu agora?

Quem ficará responsável?

ANTES DE AVANÇAR PARA O BLOCO 1

- ☐ O município sabe que o PME está em construção?
- ☐ Existe identidade/campanha de mobilização?
- ☐ Há diferentes canais para participação?
- ☐ As escolas estão mobilizadas?
- ☐ O PME chegará aos territórios mais distantes?
- ☐ Estudantes e famílias terão voz?
- ☐ Os Conselhos participarão?
- ☐ Outros setores foram chamados?
- ☐ Existem formas acessíveis de participação?
- ☐ As contribuições serão registradas e sistematizadas?
- ☐ Está prevista devolutiva à população?
- ☐ Sabemos quem ainda precisamos alcançar?

PARA NÃO ESQUECER

O PME não será verdadeiramente territorializado se o território aparecer apenas nos dados. O território precisa aparecer também nas vozes, nas experiências, nas desigualdades, nas potencialidades e nas decisões que constroem o Plano.

**COMUNICAR → MOBILIZAR → ESCUTAR → ANALISAR → SISTEMATIZAR →
DEVOLVER → CONSTRUIR COLETIVAMENTE**

MAPA DO CADERNO

Parte	Finalidade
BLOCO 1	Antes de escrever o PME: organização institucional e governança
BLOCO 2	Diagnóstico que sustenta o plano: dados, escutas, desigualdades e território
BLOCO 3	Do dado ao problema: descritores, causas, causas críticas e prioridades
BLOCO 4	Como construir objetivo, meta, estratégia, indicador e linha de base
BLOCO 5	Matriz-Mãe do PME: o coração metodológico do plano
BLOCO 6	Leitura municipal dos 19 objetivos do PNE e PEE-BA - no miudinho
BLOCO 7	Financiamento: fazer a meta caber no orçamento
BLOCO 8	Governança, participação social, monitoramento e avaliação
BLOCO 9	Plano de Ações Educacionais: transformar o decênio em ciclos de execução
BLOCO 10	Tramitação, validação social e aprovação legislativa
ANEXOS	Matrizes, checklists e instrumentos de preenchimento

BLOCO 1 - ANTES DE ESCREVER O PME

Um PME consistente começa antes da escrita. A primeira tarefa é organizar quem coordena, quem produz o diagnóstico, quem decide, quem participa, quem valida e quem acompanhará o plano depois de aprovado. A governança não deve aparecer somente no final do documento; ela precisa existir desde o primeiro dia da elaboração.

1.1 Estrutura mínima recomendada

Instância	Função no processo
Comissão Coordenadora	Condução política e participativa do processo; articulação institucional; garantia da participação social; validação das etapas.
Equipe Técnica	Coleta, tratamento e análise de dados; elaboração de notas técnicas; construção de indicadores, linha de base, metas e matrizes.
Secretaria Municipal de Educação	Suporte administrativo, técnico, logístico e financeiro; fornecimento de dados; articulação com demais secretarias.
Conselho Municipal de Educação	Participação normativa, de controle social e de acompanhamento, respeitadas as competências do Sistema Municipal.
Fórum Municipal de Educação	Mobilização, participação social, conferências/escutas e acompanhamento do plano.
Câmara Municipal	Participação institucional no processo e apreciação do Projeto de Lei, sem substituir a construção participativa anterior.

1.2 Checklist institucional inicial

- ☐ Existe ato formal instituindo a Comissão Coordenadora?
- ☐ Existe ato formal instituindo a Equipe Técnica?
- ☐ As competências de cada instância estão claramente definidas?
- ☐ O Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação participam do processo?
- ☐ Há cronograma público de elaboração do PME?
- ☐ Há plano de mobilização e comunicação com a sociedade?
- ☐ Há definição prévia das fontes de dados que serão utilizadas?
- ☐ Há responsáveis por cada eixo/objetivo do diagnóstico?
- ☐ Há pasta física/digital para memória documental do processo?
- ☐ Há estratégia para registrar todas as contribuições recebidas e a resposta dada a elas?
- ☐ Há articulação com Planejamento, Fazenda, Assistência Social, Saúde, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Direitos Humanos e outros setores?
- ☐ Há agenda de diálogo com a rede estadual e instituições federais presentes no território?

ATENÇÃO

A elaboração participativa precisa deixar rastros documentais: atas, listas de presença, relatórios de escuta, formulários, notas técnicas, versões do texto, planilhas, pareceres e registros das decisões. A memória do processo protege a legitimidade do plano.

BLOCO 2 - O DIAGNÓSTICO QUE SUSTENTA O PLANO

Diagnóstico não é um capítulo de estatísticas. É uma explicação organizada da realidade educacional do município. Ele deve responder não apenas “quanto?”, mas “quem?”, “onde?”, “desde quando?”, “quem fica para trás?”, “qual desigualdade existe?” e “por que isso acontece?”.

2.1 As seis camadas do diagnóstico

Camada	Pergunta central
1. DIMENSÃO	Qual é o tamanho do fenômeno?
2. DISTRIBUIÇÃO	Onde o fenômeno acontece? Sede, bairros, campo, comunidades, escolas?
3. PERFIL	Quem é mais afetado? Raça/cor, sexo, deficiência, renda, localização, faixa etária, modalidade?
4. TRAJETÓRIA	O problema está melhorando, piorando ou permanecendo estável?
5. EXPLICAÇÃO	Quais fatores produzem ou mantêm o problema?
6. CAPACIDADE DE RESPOSTA	O município possui estrutura, profissionais, orçamento, normas e parcerias para enfrentar o problema?

2.2 Fontes que devem ser cruzadas

Fonte potencial / prevista	O que pode revelar
Dados demográficos	IBGE/SIDRA, Censo Demográfico, projeções oficiais disponíveis.
Dados educacionais	Censo Escolar/INEP, SAEB/IDEB, sistemas estaduais, painéis oficiais do PNE/PEE quando disponíveis.
Dados municipais	Matrícula em tempo real, lista de espera, frequência, transporte, pessoal, infraestrutura, relatórios pedagógicos e financeiros.
Dados intersetoriais	Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Cadastro Único, proteção social, meio ambiente, planejamento urbano/rural.
Escutas do território	Famílias, estudantes, profissionais, gestores, conselhos, fóruns, comunidades tradicionais e movimentos sociais.
Documentos institucionais	PPP, regimentos, resoluções, planos de carreira, PPA, LDO, LOA, PAR, planos setoriais e relatórios de monitoramento.

2.3 A pergunta que muda o diagnóstico

DADO NÃO FALA SOZINHO

Depois de cada dado importante, a equipe deve perguntar: QUANTO? QUEM? ONDE? DESDE QUANDO? QUEM FICA PARA TRÁS? EXISTE DESIGUALDADE? POR QUÊ? O MUNICÍPIO CONSEGUE AGIR SOBRE ISSO?

2.4 Padrão de escrita recomendado para cada tema

1. Contextualize o tema no município.
2. Apresente dados absolutos e percentuais.
3. Mostre a distribuição territorial.
4. Compare grupos e identifique desigualdades.
5. Analise a série histórica, quando houver.
6. Nomeie o problema central com precisão.
7. Explique suas principais causas.
8. Registre capacidades, políticas e estruturas já existentes.
9. Indique lacunas que precisarão ser enfrentadas pelo PME.

BLOCO 3 - DO DADO AO PROBLEMA

O PME não deve nascer de uma meta pronta. A meta só pode ser escrita depois que a equipe consegue demonstrar qual mudança precisa ocorrer. Por isso, o caminho metodológico parte da realidade e passa pela compreensão das causas.

3.1 Sequência metodológica

Etapa	Pergunta
REALIDADE	O que observamos no território?
DADO/EVIDÊNCIA	O que comprova a situação?
PROBLEMA	Qual direito não está plenamente assegurado?
DESCRITOR	Como o problema aparece em números/fatos?
CAUSAS	Por que isso acontece?
CAUSAS CRÍTICAS	Quais causas têm maior impacto e podem ser enfrentadas?
PRIORIDADE	O que precisa mudar primeiro?
OBJETIVO	Que mudança desejamos produzir?
META	Quanto e até quando?
ESTRATÉGIAS	Como o município atuará?

3.2 Como escrever um problema

Prefira enunciados que expressem uma situação indesejada comprovável. Evite escrever a ausência de uma solução como se fosse o problema.

Enunciado	Classificação	Como melhorar
“Falta construir uma creche.”	Pode ser solução.	Pergunte qual problema a construção resolveria: baixa cobertura? distância? demanda reprimida?
“Baixo atendimento da demanda por creche no território X.”	Problema.	Pode ser demonstrado por cobertura, lista de espera, localização e capacidade instalada.
“Falta formação de professores.”	Pode ser causa.	Problema pode ser inadequação da formação, baixo domínio pedagógico ou resultados insuficientes.
“Baixo nível de aprendizagem em Matemática nos Anos Finais.”	Problema.	Deve ser descrito por avaliação, série histórica, grupos e escolas.

3.3 Árvore de causas simplificada

Para cada problema, repita a pergunta “por quê?” até chegar às causas que o plano pode enfrentar por política pública. Nem toda causa é controlável pelo município; por isso, classifique as causas em: municipais, intersetoriais e dependentes do regime de colaboração.

EXEMPLO

Problema: atendimento insuficiente à demanda por creche. Causas possíveis: oferta física insuficiente; distribuição desigual das vagas; ausência de levantamento permanente da demanda; transporte inadequado para determinados territórios; insuficiência de profissionais; limitação orçamentária. A equipe deverá comprovar quais causas realmente existem no município antes de incluí-las no diagnóstico.

BLOCO 4 - COMO CONSTRUIR OBJETIVO, META, ESTRATÉGIA E INDICADOR

4.1 Objetivo

Objetivo é a mudança que o município espera produzir diante de um problema. Deve ser claro, orientado ao direito e suficientemente amplo para abrigar as metas que o concretizam.

Exemplo: “Ampliar o acesso à creche com equidade territorial, assegurando expansão planejada da oferta pública e atendimento prioritário dos territórios com maior demanda não atendida.”

4.2 Meta

Meta é a tradução verificável do objetivo. Precisa conter, sempre que possível, indicador, linha de base, valor de chegada, público/território e prazo.

TESTE DA META

Se a equipe não consegue responder “como saberemos, com dados, que essa meta foi cumprida?”, a meta ainda está frágil.

4.3 Linha de base

Linha de base é o ponto de partida do indicador. É o valor conhecido no momento de elaboração do plano e permite comparar a situação futura com a situação inicial. Exemplo: cobertura de creche em 2026 = 31%. Essa informação não é a meta; é o marco inicial usado para medir avanço.

4.4 Indicador

Indicador é a medida utilizada para acompanhar uma meta. Deve possuir definição, fórmula, fonte, periodicidade e responsável pelo cálculo. Sempre que possível, o PME deve prever desagregações que revelem desigualdades territoriais e entre grupos.

Campo	Preenchimento
Nome do indicador	Taxa de atendimento em creche
Definição	Percentual da população de 0 a 3 anos atendida em creche.
Numerador	Número de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche.
Denominador	População de 0 a 3 anos do município.
Fonte potencial / prevista	Censo Escolar + base demográfica oficial adotada.
Linha de base	Valor apurado no ano-base do PME.
Periodicidade	Anual, com revisão após atualização das bases oficiais.
Desagregação	Sede/campo, território, raça/cor, deficiência e outros recortes possíveis.
Responsável	Equipe de monitoramento do PME / setor de dados da SME.

4.5 Estratégia

Estratégia descreve como o poder público atuará para alcançar a meta. Estratégias precisam ter verbo de ação, objeto claro, público/território quando pertinente, responsabilidade, articulação e condições de execução. Evite estratégias genéricas como “buscar melhorar”, “incentivar quando possível” ou “promover ações” sem indicar a finalidade.

BLOCO 5 - MATRIZ-MÃE DO PME

A Matriz-Mãe deve ser preenchida antes da redação final de cada conjunto de metas. Ela conecta diagnóstico, decisão política, execução e monitoramento.

Campo	Preenchimento municipal
1. Tema/objetivo do PME	
2. Problema central	
3. Evidências que comprovam	
4. Linha de base	
5. Quem é mais afetado	
6. Onde o problema é mais grave	
7. Desigualdades identificadas	
8. Causas principais	
9. Causas críticas priorizadas	
10. Objetivo municipal	
11. Meta municipal	
12. Indicador	
13. Estratégias	
14. Responsabilidade municipal	
15. Regime de colaboração	
16. Articulação intersetorial	
17. Financiamento	
18. Vinculação PPA/LDO/LOA/PAR	
19. Prazo	
20. Instâncias de controle social	
21. Periodicidade de monitoramento	
22. Risco de não execução e medida preventiva	

ANTES DE ESCREVER A META

☐ Tenho diagnóstico? ☐ Tenho evidência? ☐ Tenho linha de base? ☐ Sei quem é mais afetado? ☐ Sei onde está o problema? ☐ Identifiquei causas? ☐ Sei o que é responsabilidade municipal? ☐ Sei o que depende de colaboração? ☐ Tenho indicador? ☐ Sei como será financiado? Se alguma resposta for NÃO, a meta ainda não está pronta.

BLOCO 6 - 19 EIXOS-OBJETIVOS PARA A LEITURA E O PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Nesta parte, cada objetivo é tratado como uma ficha de investigação municipal. O foco não é reproduzir as metas estaduais, mas orientar a equipe sobre o que precisa conhecer e decidir para formular compromissos locais coerentes. Os 19 eixos-objetivos funcionam como referências de leitura do território; sua presença no Caderno não significa atribuição automática de responsabilidade executiva ao Município. Em especial, Ensino Médio, EPT, Graduação e Pós-Graduação exigem redação que diferencie oferta/execução de contribuição municipal e regime de colaboração.

LEITURA DE RESPONSABILIDADES

Em cada objetivo, diferencie: (1) responsabilidade direta do município; (2) responsabilidade compartilhada/intersectorial; (3) contribuição municipal para níveis ou modalidades ofertados prioritariamente por outros entes.

SEMÁFORO DAS RESPONSABILIDADES FEDERATIVAS

Instrumento de apoio à formulação dos objetivos, metas e estratégias do PME de duração decenal, em consonância com o PNE vigente

ONDE INSERIR: coloque a legenda geral imediatamente antes do início dos 19 eixos-objetivos. Depois, repita a ficha de classificação dentro de cada eixo, após “Dados e evidências mínimas” e antes da formulação do objetivo e da meta.

 RESPONSABILIDADE DIRETA DO MUNICÍPIO	O Município possui atribuição direta e deve formular compromissos compatíveis com suas competências, planejando execução, financiamento, acompanhamento e avaliação.
 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA / REGIME DE COLABORAÇÃO	O alcance do objetivo depende da atuação articulada entre Município, Estado e/ou União. O PME deve explicitar qual contribuição cabe ao Município e o que necessita de pactuação, cooperação técnica e/ou financeira.
 CONTRIBUIÇÃO MUNICIPAL / ARTICULAÇÃO	A responsabilidade principal pela oferta ou execução pertence a outro ente ou instituição. O tema não deve ser ignorado: o Município diagnostica a realidade do território e assume compromissos de articulação, mobilização, acompanhamento, apoio e pactuação compatíveis com sua governabilidade.

ATENÇÃO: estar presente no PME não significa ser responsabilidade exclusiva do Município. Antes de redigir a meta, a equipe deve identificar o grau de governabilidade municipal e registrar aquilo que depende de cooperação técnica, cooperação financeira ou pactuação federativa.

FICHA PARA REPETIR EM CADA EIXO-OBJETIVO

E NESTE OBJETIVO, QUAL É O PAPEL DO MUNICÍPIO?

- ☐  Responsabilidade direta do Município
- ☐  Responsabilidade compartilhada / regime de colaboração
- ☐  Contribuição municipal / articulação

O que cabe diretamente ao Município?

O que depende do Estado e/ou da União?

O que precisa de cooperação técnica?

O que precisa de cooperação financeira?

Que instituição ou ente precisa ser chamado para a pactuação?

Que compromisso o Município pode assumir no PME sem assumir atribuição que não é sua?

Como esse compromisso será acompanhado no território?

ATENÇÃO À GOVERNABILIDADE DA META

Nos eixos em que a oferta ou a execução depende predominantemente de outro ente - especialmente Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Graduação e Pós-Graduação - o Município não deve assumir como resultado exclusivamente seu aquilo que não controla. A redação deve evidenciar a contribuição municipal, a articulação necessária, a cooperação técnica e/ou financeira e os compromissos que efetivamente estão sob sua governabilidade.

Nos temas de Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Graduação e Pós-Graduação, o regime de colaboração deve aparecer de forma expressa no PME sempre que a consecução do compromisso depender da atuação do Estado, da União, de instituições de Educação Superior ou de outras instituições competentes. Nesses casos, o Município assume apenas os compromissos que estejam sob sua governabilidade - como diagnóstico, busca ativa, articulação, apoio, mobilização, acompanhamento, pactuação e cooperação -, sem transformar em obrigação municipal a oferta ou o resultado que compete prioritariamente a outro ente.

TESTE ANTES DE ESCREVER A META

- ☐ O Município possui competência para executar diretamente o resultado proposto?
- ☐ Se não possui, a meta está redigida como contribuição/articulação e não como obrigação exclusiva?
- ☐ A parte que depende de Estado/União está explicitada?
- ☐ A necessidade de cooperação técnica foi registrada?
- ☐ A necessidade de cooperação financeira foi registrada?
- ☐ Há parceiro/ente responsável identificado?
- ☐ O indicador mede aquilo que o Município realmente pode acompanhar?

OBJETIVO 1 - Acesso à Educação Infantil

NORTE DO OBJETIVO

Ampliar a oferta de creche e assegurar o acesso e a permanência na pré-escola com equidade e justiça territorial.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quantas crianças de 0 a 3 anos vivem no município e quantas estão matriculadas em creche?
- ☐ Qual é a demanda manifesta por creche? Existe cadastro/lista de espera nominal, atualizada e territorializada?
- ☐ Quantas crianças de 4 e 5 anos ainda estão fora da pré-escola? Onde estão?
- ☐ Quais territórios apresentam menor cobertura? Sede, periferias, campo, comunidades quilombolas, indígenas ou tradicionais?
- ☐ A capacidade física atual das unidades atende à demanda? Há espaços improvisados?
- ☐ Há demanda por tempo integral? Como ela se distribui?
- ☐ O transporte escolar é adequado e seguro quando necessário? Existem deslocamentos longos?
- ☐ Há critérios públicos e equitativos para matrícula e priorização de vagas?
- ☐ Como o município identifica crianças com deficiência ou outras necessidades de acessibilidade que estão fora da oferta?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
População 0-3 e 4-5	
Matrículas por idade e território	
Lista de espera/demanda manifesta	
Capacidade física por unidade	
Tempo integral	
Transporte/distância	
Dados de Busca Ativa	
Recortes de equidade	

C. Responsabilidade direta do município

- Levantamento permanente da demanda
- Planejamento da expansão da rede municipal
- Oferta de pré-escola e creche conforme competências legais
- Critérios transparentes de matrícula
- Busca Ativa e acompanhamento da frequência
- Acessibilidade e adequação dos espaços

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Infraestrutura e financiamento suplementar
- Programas de expansão da oferta
- Dados demográficos e educacionais
- Formação e assistência técnica

E. Indicadores possíveis

- Taxa de atendimento 0-3
- % da demanda manifesta atendida
- Taxa de atendimento 4-5
- Nº de crianças em lista de espera
- Tempo médio/distância de deslocamento
- % de unidades com acessibilidade

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 2 - Qualidade da Educação Infantil

NORTE DO OBJETIVO

Assegurar padrões de qualidade na creche e na pré-escola, preservando as especificidades da etapa, a indissociabilidade entre educar e cuidar e a equidade.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ As unidades atendem padrões de infraestrutura, salubridade, segurança, acessibilidade e espaços externos?
- ☐ Os docentes possuem formação adequada à etapa? E os demais profissionais?
- ☐ Os currículos e PPPs estão alinhados às DCNEI, BNCC e normativas do Sistema Municipal?
- ☐ Há materiais, brinquedos, acervos, áreas verdes, espaços de leitura e experiências diversificadas?
- ☐ Como é acompanhada a qualidade da oferta? Há autoavaliação institucional participativa?
- ☐ Como o município enfrenta desigualdades entre unidades urbanas, rurais e de maior vulnerabilidade?
- ☐ Existe coordenação municipal específica para Educação Infantil?
- ☐ Como Saúde, Assistência Social e Educação se articulam para cuidado e proteção na primeira infância?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Formação dos profissionais	
Infraestrutura e salubridade	
Relação adulto/criança	
Jornada e tempo integral	
PPP/currículo	
Materiais e espaços	
Acessibilidade	
Avaliação da qualidade	

C. Responsabilidade direta do município

- Normatização e supervisão da oferta no Sistema Municipal
- Formação continuada
- Coordenação da política de EI
- Planejamento de pessoal e infraestrutura
- Acompanhamento da qualidade
- Fortalecimento dos PPPs

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Formação em parceria com IES
- Financiamento de infraestrutura
- Políticas intersetoriais de primeira infância

E. Indicadores possíveis

- % docentes com formação adequada
- % unidades com padrões mínimos
- % unidades acessíveis
- % unidades com espaços externos adequados
- % PPPs atualizados
- Índice municipal de qualidade da EI

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 3 - Alfabetização

NORTE DO OBJETIVO

Garantir alfabetização e aprendizagem adequada no início do Ensino Fundamental, reduzindo desigualdades e assegurando continuidade pedagógica com a Educação Infantil.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Qual percentual das crianças está alfabetizado ao final do 2º ano?
- ☐ Quais escolas, territórios e grupos apresentam resultados mais baixos?
- ☐ Como estão Língua Portuguesa e Matemática nas avaliações diagnósticas e externas?
- ☐ Há crianças com trajetória irregular, faltas frequentes ou defasagens persistentes?
- ☐ A transição Educação Infantil → Ensino Fundamental é planejada pedagogicamente?
- ☐ Há política municipal de alfabetização, formação, acompanhamento e recomposição?
- ☐ Existe coordenação responsável pela alfabetização na SME?
- ☐ Há acervos literários, bibliotecas/salas de leitura e práticas permanentes de leitura?
- ☐ Como se garante alfabetização de estudantes surdos, com deficiência, do campo, quilombolas e outros grupos?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Avaliações do 2º ano	
Fluência leitora	
Matemática	
Frequência	
Reprovação	
Formação docente	
Acervos	
Perfil territorial	

C. Responsabilidade direta do município

- Política municipal de alfabetização
- Avaliação diagnóstica e formativa
- Formação e acompanhamento pedagógico
- Recomposição
- Coordenação técnica
- Articulação EI-EF

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Programas nacionais/estaduais de alfabetização
- Avaliações externas
- Formação e materiais

E. Indicadores possíveis

- % alfabetizados ao final do 2º ano

- % com aprendizagem adequada em Matemática
- Diferença entre grupos/territórios
- % professores com formação específica
- % estudantes acompanhados por intervenção pedagógica

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 4 - Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e Médio

NORTE DO OBJETIVO

Assegurar ingresso, permanência, progressão e conclusão das etapas na idade adequada, com atenção às transições e às populações historicamente excluídas.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: no Ensino Fundamental ofertado pela rede municipal, há responsabilidade direta do Município nos limites de suas competências. Quanto ao Ensino Médio, cuja oferta é prioritariamente estadual, o PME municipal deve diagnosticar a situação dos residentes, acompanhar transições e permanência e formular compromissos de articulação, Busca Ativa, transporte quando cabível, compartilhamento de dados e pactuação, sem assumir como obrigação exclusiva resultados que dependem da rede estadual.

- ☐ Há crianças/adolescentes de 6 a 17 anos fora da escola? Quem são e onde estão?
- ☐ Qual a taxa de abandono, reprovação e distorção idade-ano por escola e território?
- ☐ Quais transições são mais críticas: 5º→6º ano? 9º→Ensino Médio?
- ☐ Como a rede municipal compartilha informações de trajetória com a rede estadual?
- ☐ Há Busca Ativa intersetorial e protocolo de retorno/reinserção?
- ☐ Quais barreiras de transporte, violência, discriminação, trabalho, deficiência ou vulnerabilidade interferem na permanência?
- ☐ Como o município contribui para acesso e permanência no Ensino Médio mesmo quando a oferta é estadual?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
População 6-17	
Matrícula/frequência	
Abandono	
Reprovação	
Distorção	
Busca Ativa	
Transições	
Transporte	

C. Responsabilidade direta do município

- Universalização e permanência no EF municipal
- Busca Ativa
- Acompanhamento individual
- Protocolos de transição
- Prevenção do abandono
- Articulação família-escola

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Fluxo de dados com rede estadual
- Transição EF-EM
- Transporte e oferta territorial
- Atendimento intersetorial

E. Indicadores possíveis

- Taxa de escolarização 6-14
- Abandono
- Reprovação
- Distorção idade-ano
- % concluintes do 5º e 9º ano na idade adequada
- Taxa de transição ao Ensino Médio

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 5 - Aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio

NORTE DO OBJETIVO

Elevar aprendizagem com equidade, recompor defasagens e enfrentar fatores que impactam o desenvolvimento e a permanência.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: metas de aprendizagem referentes à rede municipal podem assumir resultados sob governabilidade do Município. Para o Ensino Médio ofertado por outro ente, o compromisso municipal deve ser redigido como contribuição, articulação e acompanhamento territorial, explicitando a responsabilidade principal da rede ofertante.

- ☐ Quais são os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática nos Anos Iniciais e Finais?
- ☐ Quais escolas e grupos estão abaixo da média municipal?
- ☐ Há desigualdades por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, campo/cidade e deficiência?
- ☐ Que evidências internas complementam IDEB/SAEB?
- ☐ Há política estruturada de recomposição e acompanhamento individual?
- ☐ Os resultados das avaliações geram intervenção pedagógica ou apenas divulgação?
- ☐ Como clima escolar, violência, infraestrutura, frequência e rotatividade docente interferem nos resultados?
- ☐ Há metas de aprendizagem por etapa sem reduzir o currículo às avaliações externas?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
SAEB/IDEB	
Avaliações municipais	
Fluxo	
Frequência	
Clima escolar	
Infraestrutura	
Formação	
Recortes de equidade	

C. Responsabilidade direta do município

- Sistema municipal de acompanhamento da aprendizagem
- Recomposição
- Formação continuada
- Apoio às escolas
- Planejamento por evidências
- Prevenção da violência

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Avaliações e assistência técnica

- Formação em regime de colaboração
- Pactos territoriais de aprendizagem

E. Indicadores possíveis

- % aprendizagem adequada
- Diferença de desempenho entre grupos
- IDEB/indicadores equivalentes
- % estudantes em recomposição
- % escolas com plano de intervenção baseado em evidências

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 6 - Educação Integral em Tempo Integral

NORTE DO OBJETIVO

Ampliar oferta de tempo integral com qualidade, equidade, infraestrutura, currículo integrado e proteção integral, evitando expansão apenas nominal.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quantas escolas e estudantes estão em tempo integral? Em quais territórios?
- ☐ As unidades possuem infraestrutura para jornada ampliada?
- ☐ O currículo amplia experiências ou apenas aumenta o tempo de permanência?
- ☐ Há alimentação, transporte, espaços culturais, esportivos, científicos e de descanso adequados?
- ☐ Quais públicos devem ser priorizados pela expansão?
- ☐ Há profissionais suficientes e com formação adequada?
- ☐ Como a oferta se articula com cultura, esporte, saúde, assistência e comunidade?
- ☐ Quais indicadores serão usados para avaliar a qualidade do tempo integral?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Matrículas TI	
Escolas TI	
Jornada	
Infraestrutura	
Alimentação	
Transporte	
Profissionais	
Currículo	
Território	

C. Responsabilidade direta do município

- Planejamento da expansão
- Currículo e PPP
- Infraestrutura e pessoal
- Critérios de priorização
- Gestão e monitoramento

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Programas federais/estaduais
- Cofinanciamento
- Formação
- Equipamentos e obras

E. Indicadores possíveis

- % escolas com TI

- % estudantes em TI
- % oferta em territórios prioritários
- % unidades com condições adequadas
- Indicadores de permanência/aprendizagem/clima escolar

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 7 - Conectividade, Educação Digital e TDIC

NORTE DO OBJETIVO

Garantir conectividade, infraestrutura tecnológica e educação digital com uso pedagógico, crítico, ético, seguro e inclusivo.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Todas as escolas têm internet adequada ao uso pedagógico? Qual velocidade real?
- ☐ Há rede wi-fi interna funcional em salas e espaços de aprendizagem?
- ☐ Quantos dispositivos funcionais existem por escola e por estudante?
- ☐ Há suporte técnico e plano de manutenção/substituição?
- ☐ O currículo contempla educação digital, pensamento computacional, cultura digital, educação midiática e uso ético/seguro de tecnologias?
- ☐ Os profissionais recebem formação continuada?
- ☐ Há políticas de proteção de dados, privacidade e segurança digital?
- ☐ Estudantes com deficiência possuem tecnologia assistiva?
- ☐ Há desigualdade de conectividade entre sede, campo e comunidades tradicionais?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Velocidade internet	
Cobertura wi-fi	
Dispositivos	
Manutenção	
Formação	
Currículo	
Proteção de dados	
Acessibilidade digital	

C. Responsabilidade direta do município

- Infraestrutura e suporte
- Currículo municipal
- Normativas e protocolos
- Formação
- Proteção de dados
- Acessibilidade

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Conectividade e programas nacionais/estaduais
- Aquisição e financiamento
- Formação em rede

E. Indicadores possíveis

- % escolas com conectividade adequada

- % escolas com wi-fi interno
- Relação dispositivo/estudante
- % profissionais formados
- % escolas com currículo/ações de educação digital
- % escolas com protocolos de proteção de dados

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 8 - Sustentabilidade Socioambiental**NORTE DO OBJETIVO**

Integrar educação ambiental, justiça climática e adaptação da infraestrutura às características do território.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quais riscos climáticos afetam as escolas: calor extremo, seca, enchentes, escassez hídrica, queimadas?
- ☐ As unidades possuem conforto térmico, água, saneamento e drenagem adequados?
- ☐ O currículo aborda o bioma local, mudanças climáticas, racismo ambiental, uso da água e sustentabilidade?
- ☐ Existem hortas, áreas verdes, coleta seletiva ou projetos permanentes?
- ☐ O município possui protocolos de emergência climática para as escolas?
- ☐ Há integração com Meio Ambiente, Defesa Civil, Saúde e Agricultura?
- ☐ Os investimentos de infraestrutura consideram adaptação climática e eficiência energética?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Mapa de riscos	
Água/saneamento	
Conforto térmico	
Energia	
Áreas verdes	
Currículo	
Eventos climáticos	
Infraestrutura	

C. Responsabilidade direta do município

- Currículo e projetos
- Adequação das unidades
- Protocolos de risco
- Intersetorialidade
- Planejamento orçamentário

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Defesa Civil e políticas ambientais
- Financiamento de infraestrutura
- Formação e estudos técnicos

E. Indicadores possíveis

- % escolas com água/saneamento adequados
- % escolas com plano/protocolo climático
- % escolas com ações curriculares permanentes

- % unidades com medidas de conforto térmico
- % escolas com áreas verdes/hortas

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 9 - Educação do Campo, Escolar Indígena e Escolar Quilombola

NORTE DO OBJETIVO

Assegurar direito à educação no território das comunidades, com currículo contextualizado, identidade, qualidade, equidade e participação social.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quais comunidades do campo, quilombolas, indígenas e tradicionais existem no município?
- ☐ Quantas crianças, adolescentes, jovens e adultos vivem em cada território e onde estudam?
- ☐ Há deslocamentos excessivos, nucleação ou fechamento de escolas? Houve consulta à comunidade?
- ☐ As escolas possuem identificação/categorização correta nos sistemas oficiais?
- ☐ Os currículos e PPPs incorporam história, cultura, saberes, modos de vida e territorialidade?
- ☐ Como são transporte, alimentação escolar e aquisição da agricultura familiar?
- ☐ Há professores da comunidade e/ou formação específica?
- ☐ Há demanda por creche, EJA, Ensino Médio ou EPT nos próprios territórios?
- ☐ Quais desigualdades educacionais esses grupos enfrentam?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Mapa das comunidades	
Matrícula	
Oferta por etapa	
Deslocamento	
Transporte	
Currículo	
Profissionais	
Infraestrutura	
Alimentação	

C. Responsabilidade direta do município

- Mapeamento territorial
- Oferta municipal conforme competências
- Currículo contextualizado
- Transporte/alimentação
- Consulta e participação comunitária
- Formação

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Oferta de EM/EPT
- Formação superior
- Infraestrutura e financiamento
- Pactuação territorial

E. Indicadores possíveis

- Taxa de atendimento por comunidade
- Tempo médio de deslocamento
- % escolas com currículo/PPP contextualizado
- % profissionais com formação específica
- Indicadores de fluxo e aprendizagem por território

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 10 - Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

NORTE DO OBJETIVO

Garantir sistema educacional inclusivo e anticapacitista, acesso, permanência, AEE, acessibilidade, aprendizagem e participação.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quantos estudantes público da Educação Especial estão matriculados e onde?
- ☐ Há estudantes fora da escola ou com frequência irregular por barreiras de acessibilidade?
- ☐ Qual percentual recebe AEE quando necessário? Em que formato e com que qualidade?
- ☐ Quantas salas de recursos existem e como estão distribuídas?
- ☐ As escolas têm acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica, digital e atitudinal?
- ☐ Há profissionais de apoio quando necessários, com formação e atribuições definidas?
- ☐ Existem PEI/planos individualizados e acompanhamento processual quando pertinentes?
- ☐ Como o município atende estudantes surdos e garante Libras/Português escrito conforme as necessidades linguísticas?
- ☐ Há tecnologia assistiva, transporte acessível e materiais em formatos acessíveis?
- ☐ Os dados são desagregados por tipo de atendimento, território e etapa sem reduzir o estudante ao diagnóstico clínico?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Matrícula PAEE	
AEE	
SRM	
Acessibilidade	
Profissionais	
TA	
Transporte	
Avaliação	
Formação	
Território	

C. Responsabilidade direta do município

- Política municipal inclusiva
- AEE
- Acessibilidade
- Formação
- Planejamento de apoio
- Normatização no sistema
- Monitoramento da aprendizagem

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Formação especializada
- Centros/núcleos de suporte
- Tecnologia assistiva e financiamento
- Saúde e Assistência sem medicalização da educação

E. Indicadores possíveis

- % PAEE com acesso e permanência
- % público elegível atendido no AEE
- % escolas acessíveis
- % profissionais formados
- % estudantes com recursos de acessibilidade necessários
- Participação nas avaliações com acessibilidade

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 11 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos

NORTE DO OBJETIVO

Superar analfabetismo e garantir acesso, permanência, conclusão e oferta adequada da EJA, respeitando os sujeitos e os territórios.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quantas pessoas de 15 anos ou mais não são alfabetizadas no município?
- ☐ Quantas não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio?
- ☐ Em quais territórios está a demanda potencial?
- ☐ Existe chamada pública e Busca Ativa permanente?
- ☐ Os horários e locais de oferta são compatíveis com trabalho, transporte e cuidado familiar?
- ☐ Há fechamento de turmas? Quais critérios e participação do CME/comunidade?
- ☐ O currículo é específico da EJA e aprovado no âmbito do Sistema Municipal?
- ☐ Há alimentação, transporte, AEE e ações de permanência?
- ☐ Como a EJA se articula à qualificação/EPT e ao mundo do trabalho sem reduzir sua formação geral?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Analfabetismo	
Escolaridade da população	
Demanda potencial	
Matrículas	
Abandono	
Conclusão	
Território	
Oferta por turno	
Perfil dos estudantes	

C. Responsabilidade direta do município

- Chamada pública e Busca Ativa
- Oferta municipal do EF na EJA
- Currículo e formação
- Permanência
- Regulação e acompanhamento

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- EJA Ensino Médio
- EPT articulada
- Formação superior
- Programas de alfabetização

E. Indicadores possíveis

- Taxa de alfabetização 15+
- Matrículas EJA/demanda
- Taxa de abandono
- Taxa de conclusão
- % turmas com oferta territorial adequada
- % estudantes com ações de permanência

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 12 - Acesso, Permanência e Conclusão na Educação Profissional e Tecnológica

NORTE DO OBJETIVO

Contribuir para expansão territorialmente equilibrada da EPT e articulação com juventudes, EJA, mundo do trabalho e desenvolvimento local.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: a oferta de Educação Profissional e Tecnológica não deve ser tratada como obrigação exclusiva do Município. O PME municipal pode mapear demanda, reduzir barreiras locais, articular EJA/EPT quando cabível, apoiar permanência e pactuar expansão com Estado, União, Institutos Federais e demais instituições ofertantes. Metas de vagas, cursos e expansão deverão identificar expressamente o ente ou instituição responsável pela oferta.

- ☐ Qual é a oferta de EPT existente no município e no território?
- ☐ Quais cursos, instituições, vagas, turnos e modalidades estão disponíveis?
- ☐ Qual a demanda dos jovens, trabalhadores, mulheres e comunidades do município?
- ☐ Quais arranjos produtivos locais e vocações territoriais devem dialogar com a oferta?
- ☐ Há barreiras de transporte, renda, distância, informação ou cuidado familiar?
- ☐ Como a rede municipal orienta estudantes sobre trajetórias de EPT?
- ☐ Há possibilidades de EJA integrada à EPT em regime de colaboração?
- ☐ Que dados de egressos e inserção no mundo do trabalho existem?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Oferta de cursos	
Matrículas	
Vagas	
Demanda	
Perfil socioeconômico	
APLs	
Transporte	
Egressos	

C. Responsabilidade direta do município

- Mapear demanda
- Orientação profissional
- Articular EJA/EPT
- Apoiar permanência
- Pactuar oferta no território

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Rede estadual/federal de EPT
- Institutos Federais

- Setor produtivo e IES
- Cofinanciamento e expansão

E. Indicadores possíveis

- Nº de vagas EPT no território
- % jovens atendidos
- % egressos do EF encaminhados a oportunidades de EPT
- Matrículas EJA-EPT
- Taxa de conclusão

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 13 - Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

NORTE DO OBJETIVO

Contribuir para qualidade, pertinência territorial e acompanhamento da EPT ofertada no território.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: quando a EPT for ofertada por instituições estaduais, federais ou outras instituições, o Município não deve assumir isoladamente metas de qualidade, conclusão, estágio ou expansão. Seu compromisso deve concentrar-se na articulação territorial, produção e compartilhamento de diagnóstico, orientação dos estudantes e cooperação com as instituições responsáveis.

- ☐ A oferta existente dialoga com desenvolvimento territorial, sustentabilidade e trabalho decente?
- ☐ Há acompanhamento de egressos e avaliação da pertinência dos cursos?
- ☐ Os estudantes têm estágio, práticas profissionais e condições de permanência?
- ☐ As instituições ofertantes dialogam com município, juventudes, trabalhadores e comunidades?
- ☐ Que contribuição a Educação Básica municipal pode dar à preparação/orientação dos estudantes?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Conclusão	
Egressos	
Estágio	
Qualidade da oferta	
Demanda do território	
Inserção profissional	

C. Responsabilidade direta do município

- Participar do planejamento territorial
- Produzir/compartilhar diagnóstico
- Orientar estudantes
- Articular espaços e políticas locais

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Avaliação da EPT
- Fóruns/instâncias territoriais
- Instituições ofertantes
- Empregadores e trabalhadores

E. Indicadores possíveis

- Taxa de conclusão EPT

- % cursos alinhados a diagnóstico territorial
- % egressos acompanhados
- % estudantes com estágio/prática profissional

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 14 - Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação

NORTE DO OBJETIVO

Contribuir para ampliar oportunidades de acesso, permanência e conclusão no Ensino Superior, especialmente para egressos da escola pública e grupos sub-representados.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: a oferta de graduação não constitui responsabilidade direta ordinária do Município. O PME pode diagnosticar acesso e barreiras, promover informação e orientação, desenvolver políticas locais de apoio quando legalmente instituídas e articular parcerias com IES, Estado e União. Metas de criação de vagas, cursos ou expansão da oferta devem ser atribuídas ao ente ou instituição competente, cabendo ao Município registrar sua contribuição possível.

REGIME DE COLABORAÇÃO: quando o objetivo depender da ampliação da oferta, criação de cursos, vagas, assistência estudantil ou outras providências sob responsabilidade de IES, Estado ou União, o PME deverá explicitar os entes e instituições envolvidos e formular a participação municipal como articulação, apoio, pactuação e acompanhamento territorial.

- ☐ Qual percentual da população jovem acessa a graduação?
- ☐ Quais instituições e polos existem no município/região?
- ☐ Quais cursos são acessíveis presencialmente, semipresencialmente ou a distância?
- ☐ Quais barreiras impedem acesso e permanência: renda, transporte, moradia, conectividade, informação?
- ☐ Há estudantes do município beneficiados por ações afirmativas, bolsas e assistência?
- ☐ Como a rede municipal orienta estudantes e apoia transição da Educação Básica para o Ensino Superior?
- ☐ Há parceria das IES com escolas municipais em extensão, pesquisa e formação?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
População 18-24	
Matrículas ES	
Oferta regional	
Egressos EM	
Transporte	
Bolsas	
Polos/IES	

C. Responsabilidade direta do município

- Mapear oferta/demanda
- Orientação e informação
- Apoiar transporte quando houver política local
- Parcerias com IES
- Estimular acesso de egressos

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Universidades estaduais/federais
- Institutos Federais
- Programas de assistência e ações afirmativas

E. Indicadores possíveis

- Taxa de acesso 18-24
- Nº egressos da rede pública ingressantes
- Nº parcerias IES-município
- Oferta de cursos no território

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 15 - Qualidade da Graduação

NORTE DO OBJETIVO

Contribuir, dentro das competências municipais, para aproximação entre Educação Superior, Educação Básica e necessidades do território.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: a regulação e a qualidade da Educação Superior pertencem às instâncias e sistemas competentes. No PME, o Município deve limitar seus compromissos àquilo que controla: cooperação com IES, qualificação de campos de estágio da rede municipal, apresentação de demandas formativas, acolhimento de pesquisa/extensão e uso de evidências para as políticas locais.

- ☐ As IES desenvolvem pesquisa, extensão e estágio nas redes municipais?
- ☐ Os cursos de formação de professores dialogam com as necessidades reais do município?
- ☐ Há campos de estágio qualificados e acompanhados?
- ☐ O município utiliza evidências e produção científica das IES para políticas educacionais?
- ☐ Há agenda permanente de cooperação com universidades e institutos?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Convênios	
Estágios	
Projetos de extensão	
Pesquisas aplicadas	
Formação docente	

C. Responsabilidade direta do município

- Organizar cooperação com IES
- Qualificar campos de estágio
- Apresentar demandas de formação e pesquisa
- Acolher extensão e inovação

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Universidades/IFs
- Conselhos de Educação
- Programas de formação

E. Indicadores possíveis

- Nº convênios ativos
- Nº projetos vinculados à Educação Básica
- Nº profissionais em formação
- Nº pesquisas aplicadas às prioridades do PME

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 16 - Pós-Graduação Stricto Sensu

NORTE DO OBJETIVO

Estimular articulação entre pesquisa, pós-graduação e demandas educacionais do município e do território.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

ATENÇÃO À RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: o Município não deve prometer a criação ou a oferta de cursos de mestrado e doutorado que não estejam sob sua competência ou capacidade institucional. Pode mapear necessidades da rede, estabelecer políticas de valorização previstas em lei e carreira, articular parcerias e estimular pesquisas relacionadas às prioridades do PME, identificando IES e órgãos responsáveis pela oferta e pelo fomento.

REGIME DE COLABORAÇÃO: o PME poderá prever articulação do Município com universidades, institutos, CAPES, órgãos estaduais e federais de fomento e demais instituições competentes, sem atribuir ao Município a obrigação de ofertar programas stricto sensu. A meta municipal deve medir aquilo que está sob sua governabilidade, como parcerias, servidores apoiados, pesquisas articuladas ou políticas locais de valorização previstas em lei.

- ☐ Quantos profissionais da rede possuem mestrado/doutorado e em quais áreas?
- ☐ Há demanda por formação stricto sensu ligada às prioridades do PME?
- ☐ Existem programas próximos ou em rede capazes de atender profissionais municipais?
- ☐ Pesquisas das IES estudam problemas educacionais do território?
- ☐ O município dispõe de política de licença, incentivo ou valorização para qualificação, quando prevista em carreira?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Titulação dos profissionais	
Programas disponíveis	
Demandas de pesquisa	
Licenças/incentivos	
Parcerias	

C. Responsabilidade direta do município

- Mapear demanda
- Articular pesquisas
- Prever valorização conforme carreira e legislação
- Criar banco de problemas de pesquisa do PME

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- IES/CAPES/FAPESB e programas de pós-graduação
- Redes interinstitucionais

E. Indicadores possíveis

- % profissionais com pós-graduação
- Nº pesquisas sobre prioridades do PME
- Nº servidores em qualificação stricto sensu

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 17 - Formação e Valorização dos Profissionais da Educação**NORTE DO OBJETIVO**

Garantir formação adequada, carreira, concurso, remuneração, condições de trabalho e desenvolvimento profissional.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Qual percentual de docentes atua com formação adequada à área/etapa?
- ☐ Há profissionais sem formação mínima exigida? Onde?
- ☐ O Plano de Carreira está atualizado e efetivamente cumprido?
- ☐ Como ocorre o ingresso: concurso, efetivos, temporários? Qual proporção de vínculos?
- ☐ O piso e a jornada são cumpridos conforme legislação vigente?
- ☐ Há 1/3 da jornada para atividades extraclasse quando aplicável ao magistério?
- ☐ Quais necessidades de formação continuada existem por etapa/modalidade?
- ☐ Há política de saúde e prevenção do adoecimento e assédio?
- ☐ Existe alta rotatividade em escolas rurais, remotas, EJA, AEE ou outras áreas?
- ☐ Há incentivos e condições para formação em pós-graduação?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Formação	
Vínculos	
Carreira	
Remuneração	
Jornada	
Rotatividade	
Afastamentos	
Saúde do trabalhador	
Formação continuada	

C. Responsabilidade direta do município

- Plano de carreira
- Concursos e planejamento de pessoal
- Formação continuada
- Saúde e condições de trabalho
- Alocação adequada
- Avaliação da necessidade de temporários

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Formação com IES
- Programas nacionais/estaduais
- Regime de colaboração para formação

E. Indicadores possíveis

- % formação adequada
- % vínculos efetivos
- Cumprimento do piso
- % profissionais em formação
- Rotatividade
- Absenteísmo/afastamentos
- % escolas com quadro completo

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 18 - Gestão Democrática e Participação Social

NORTE DO OBJETIVO

Institucionalizar participação social, transparência, gestão democrática, conselhos, fóruns e governança do PME.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Como ocorre o provimento das direções escolares? Há critérios técnicos e participação da comunidade?
- ☐ Todas as escolas possuem Conselhos Escolares ativos e com formação?
- ☐ O Fórum Municipal de Educação está instituído e funcionando?
- ☐ O CME possui condições técnicas, administrativas e orçamentárias para exercer suas funções?
- ☐ Há grêmios ou outras formas de participação estudantil?
- ☐ Os PPPs são construídos e avaliados com participação?
- ☐ Há transparência regular de dados, orçamento, metas e resultados?
- ☐ Quem monitorará o PME e com qual periodicidade?
- ☐ A Câmara Municipal participa do acompanhamento sem substituir as instâncias educacionais?
- ☐ Existem conferências e encontros periódicos de avaliação do plano?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
Direções escolares	
Conselhos Escolares	
FME	
CME	
Grêmios	
PPP	
Transparência	
Participação	

C. Responsabilidade direta do município

- Normatizar governança
- Garantir funcionamento de colegiados
- Transparência
- Monitoramento do PME
- Formação de conselheiros/gestores
- Participação estudantil e comunitária

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Formação e apoio técnico
- Sistemas de monitoramento

- Conferências e pactos territoriais

E. Indicadores possíveis

- % direções providas segundo regra municipal democrática
- % escolas com Conselho ativo
- FME em funcionamento
- Nº reuniões/audiências de monitoramento
- % escolas com PPP participativo
- Publicação periódica dos resultados do PME

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

OBJETIVO 19 - Financiamento e Infraestrutura da Educação**NORTE DO OBJETIVO**

Assegurar recursos, planejamento orçamentário, infraestrutura, equidade e controle social para viabilizar o PME.

A. Antes de escrever qualquer meta, o município precisa responder:

- ☐ Quanto o município investe em educação e como os recursos estão distribuídos?
- ☐ Quais metas do PME exigem expansão de custeio ou investimento?
- ☐ Há estimativa de custo das estratégias prioritárias?
- ☐ Quais escolas apresentam situações críticas de infraestrutura e salubridade?
- ☐ Como estão água, saneamento, energia, acessibilidade, segurança, conectividade, bibliotecas, cozinhas e espaços pedagógicos?
- ☐ O PPA, a LDO e a LOA estão alinhados às prioridades educacionais?
- ☐ Há equipe responsável por captação e acompanhamento de recursos?
- ☐ Como CACS-Fundeb, CME, CAE, FME e Câmara acompanham o financiamento?
- ☐ Há desigualdade de gasto/infraestrutura entre escolas e territórios?
- ☐ Quais ações dependem de complementação financeira da União/Estado?

B. Dados e evidências mínimas

Levantar	Observação municipal
MDE	
Fundeb	
Salário-Educação	
PPA/LDO/LOA	
Custo por ação	
Infraestrutura	
Obras	
Convênios/PAR	
Despesas com pessoal	

C. Responsabilidade direta do município

- Planejamento orçamentário
- Priorização equitativa
- Manutenção e infraestrutura
- Transparência
- Controle interno
- Captação de recursos
- Vinculação do PME ao ciclo orçamentário

D. Regime de colaboração / contribuição municipal

- Complementação e transferências
- Programas de infraestrutura

- Assistência técnica
- Pactos de financiamento

E. Indicadores possíveis

- % metas com previsão orçamentária
- % escolas com infraestrutura mínima
- Execução orçamentária por objetivo
- Investimento por estudante
- % obras concluídas
- % ações financiadas no PPA/LDO/LOA

F. Mini-matriz de formulação

Campo	Preenchimento
Problema comprovado	
Linha de base	
Território/grupo mais afetado	
Causas críticas	
Objetivo municipal	
Meta	
Estratégias prioritárias	
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	
Indicador e fonte	
Responsáveis e parceiros	

BLOCO 7 - FINANCIAMENTO: FAZER A META CABER NO ORÇAMENTO

A sustentabilidade financeira precisa ser considerada desde a formulação do PME. Isso não significa que toda meta deva ter, no momento da elaboração, recurso já garantido ou dotação integral assegurada para os dez anos. Significa identificar, com o grau de precisão possível, custos, fontes potenciais, responsabilidades federativas, necessidade de cooperação e caminhos de incorporação progressiva ao PPA, à LDO e à LOA. A equipe de educação deverá articular esse trabalho com Planejamento, Fazenda/Finanças, Controle Interno e os setores responsáveis pelo ciclo orçamentário.

ATENÇÃO - DO PME AO ORÇAMENTO: uma vez aprovados no PME, os compromissos que demandem recursos precisam ser incorporados ao planejamento e ao ciclo orçamentário municipal para viabilizar sua execução. Isso significa traduzir as prioridades do Plano, de forma progressiva e compatível com sua vigência, no PPA e em suas revisões, nas diretrizes e prioridades da LDO e nas dotações anuais da LOA. A aprovação da meta no PME, por si só, não cria automaticamente dotação orçamentária; por isso, sua implementação exige a correspondente programação nos instrumentos orçamentários, observadas a legislação financeira, a disponibilidade de recursos, as responsabilidades federativas e o regime de colaboração.

7.1 Para cada estratégia, responda

- ☐ Exige recurso financeiro novo ou pode ser executada com estrutura existente?
- ☐ É despesa continuada ou investimento pontual?
- ☐ Qual estimativa de custo anual e decenal?
- ☐ Qual fonte pode financiar: MDE, Fundeb, Salário-Educação, recursos próprios, transferências, PAR, convênios, programas, emendas ou outras fontes legalmente admissíveis?
- ☐ Há contrapartida municipal?
- ☐ Em qual programa/ação do PPA a estratégia ficará vinculada?
- ☐ Que previsão deverá aparecer na LDO?
- ☐ Que dotação deverá constar na LOA?
- ☐ Quem acompanhará a execução física e financeira?

7.2 Matriz PME × Orçamento

Meta	Estratégia	Custo estimado (quando possível)	Fonte potencial / prevista	PPA	LDO	LOA
Objetivo/Meta						
Objetivo/Meta						
Objetivo/Meta						
Objetivo/Meta						
Objetivo/Meta						
Objetivo/Meta						

NÃO DEIXAR PARA DEPOIS

Quando o PME é aprovado sem conexão com PPA, LDO e LOA, a execução passa a depender de improviso anual. O caderno recomenda que cada meta prioritária já saia da elaboração com trilha orçamentária identificada.

BLOCO 8 - GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Monitorar é acompanhar continuamente a execução. Avaliar é analisar, em momentos definidos, se as estratégias estão produzindo os resultados esperados, por que avançaram ou não e que ajustes são necessários.

8.1 O PME precisa dizer expressamente

- ☐ Quais instâncias participarão do monitoramento e da avaliação.
- ☐ Quem produz e consolida os dados.
- ☐ Qual periodicidade de atualização dos indicadores.
- ☐ Como os resultados serão divulgados à sociedade.
- ☐ Como o FME, CME, Secretaria de Educação e Comissão de Educação da Câmara participarão.
- ☐ Como serão realizadas conferências, audiências ou outros espaços de avaliação.
- ☐ Como recomendações de correção serão formalizadas.
- ☐ Como os Planos de Ações Educacionais utilizarão os resultados do monitoramento.

8.2 Ficha de monitoramento de meta

Campo	Registro
Meta	
Indicador	
Linha de base	
Resultado esperado no período	
Resultado observado	
Fonte/data da apuração	
Estratégias executadas	
Estratégias não executadas	
Execução orçamentária	
Desigualdades observadas	
Principais obstáculos	
Providências corretivas	
Responsável	
Deliberação das instâncias de acompanhamento	

BLOCO 9 - PLANO DE AÇÕES EDUCACIONAIS

O Plano Decenal define a direção de longo prazo. A execução precisa ser desdobrada em ciclos mais curtos. A Minuta do planejamento estadual prevê planos de ações educacionais periódicos, vinculando políticas, programas, ações e alocação de recursos aos objetivos e metas. O município deve preparar sua governança para essa lógica.

9.1 Estrutura recomendada para o ciclo de ações

Campo	Preenchimento
Objetivo do PME	
Meta do PME	
Estratégia relacionada	
Ação do biênio	
Produto/entrega	
Público/território prioritário	
Responsável	
Parceiros	
Prazo	
Custo	
Fonte potencial / prevista	
Indicador de execução	
Resultado esperado	
Risco e resposta	

9.2 Sequência de gestão

1. Selecionar as metas prioritárias do período.
2. Verificar resultados do monitoramento anterior.
3. Definir ações concretas e entregas.
4. Vincular cada ação ao orçamento.
5. Definir responsáveis e cronograma.
6. Publicar e comunicar prioridades.
7. Executar e registrar evidências.
8. Apurar resultados e justificar não cumprimento.
9. Realimentar o próximo ciclo de ações.

BLOCO 10 - VALIDAÇÃO SOCIAL, TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO

A tramitação legislativa deve ocorrer depois da construção técnica e da validação social. O Projeto de Lei não substitui o Plano; ele é o instrumento jurídico que aprova o documento técnico construído de forma participativa.

10.1 Antes de encaminhar à Câmara

- ☐ Diagnóstico consolidado e revisado.
- ☐ Metas e estratégias acompanhadas de indicadores e linha de base.
- ☐ Análise de competência municipal e regime de colaboração.
- ☐ Análise de impacto e viabilidade orçamentária.
- ☐ Contribuições da sociedade sistematizadas e respondidas.
- ☐ Validação em espaço público definido pelo processo municipal.
- ☐ Revisão jurídica do Projeto de Lei.
- ☐ Compatibilidade entre corpo da lei, anexo do PME e dispositivos de monitoramento.
- ☐ Definição das instâncias de acompanhamento.
- ☐ Versão final acessível e publicável.

10.2 Estrutura documental de encaminhamento

Documento	Conteúdo
Mensagem de Encaminhamento	Apresentação do Poder Executivo ao Legislativo.
Projeto de Lei	Dispositivos jurídicos que aprovam o PME e regulam sua vigência, governança, monitoramento, avaliação e demais matérias necessárias.
Anexo do PME	Diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas, estratégias, indicadores, linha de base, governança e demais elementos técnicos.
Memória Participativa	Relatório de escutas, conferências, consultas, contribuições e sistematização, podendo acompanhar o processo administrativo/legislativo.

ANEXOS - INSTRUMENTOS PRONTOS PARA USO

ANEXO A - CHECKLIST FINAL: O QUE O MUNICÍPIO NÃO PODE ESQUECER

- ☐ Lei específica com vigência decenal e coerência com PNE e PEE.
- ☐ Diagnóstico municipal baseado em múltiplas fontes e evidências.
- ☐ Territorialização dos dados e das desigualdades.
- ☐ Escutas e participação social documentadas.
- ☐ Diretrizes e princípios do plano.
- ☐ Objetivos vinculados a problemas identificados.
- ☐ Metas mensuráveis, com prazo e linha de base.
- ☐ Indicadores, fontes e periodicidade de apuração.
- ☐ Estratégias suficientemente claras para orientar ação pública.
- ☐ Definição das responsabilidades municipais.
- ☐ Identificação das ações em regime de colaboração.
- ☐ Articulação intersetorial quando o problema ultrapassar a Educação.
- ☐ Equidade como critério de priorização.
- ☐ Educação Infantil: acesso e qualidade.
- ☐ Alfabetização e aprendizagem.
- ☐ Trajetória, permanência e conclusão.
- ☐ Educação integral em tempo integral.
- ☐ Educação digital, conectividade e proteção de dados.
- ☐ Sustentabilidade socioambiental e riscos climáticos.
- ☐ Educação do Campo, Quilombola, Indígena e comunidades tradicionais conforme a realidade local.
- ☐ Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos.
- ☐ EJA.
- ☐ Contribuição municipal para EPT, Ensino Médio e Educação Superior.
- ☐ Formação, valorização, carreira e vínculos dos profissionais.
- ☐ Gestão democrática, CME, FME, Conselhos Escolares e participação estudantil.
- ☐ Financiamento e infraestrutura.
- ☐ Vinculação ao PPA, LDO e LOA.
- ☐ Governança do PME.
- ☐ Monitoramento, avaliação e transparência.
- ☐ Plano de Ações Educacionais e ciclos de execução.
- ☐ Controle interno, externo e social.
- ☐ Memória documental do processo de elaboração.

ANEXO B - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS

Problema	Gravidade	Urgência	Desigualdade	Governabilidade municipal	Custo de não agir	Prioridade

Como utilizar

A equipe pode atribuir pontuações de 1 a 5 para cada critério. A priorização não deve ser automática: a pontuação serve para organizar o debate e precisa ser confrontada com direitos, obrigações legais, evidências e participação social.

ANEXO C - MAPA DE TERRITORIALIZAÇÃO

Território/localidade	População	Oferta educacional	Indicador principal	Problema	Grupo mais afetado	Prioridade

ANEXO D - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Meta/Estratégia	Município	Estado	União	Intersectorial	Parceiros	Instrumento de pactuação

ANEXO E - FICHA DE INDICADOR

Campo	Registro
Nome do indicador	
Meta relacionada	
Definição	
Fórmula de cálculo	
Numerador	
Denominador	
Fonte potencial / prevista	
Ano da linha de base	
Valor da linha de base	
Valor esperado	
Periodicidade	
Responsável pela apuração	
Desagregações obrigatórias	
Limitações do indicador	
Data da última atualização	

ANEXO F - ROTEIRO PARA ESCUTA SOCIAL

- Qual é o principal problema educacional percebido neste território/segmento?
- Que evidência ou situação concreta demonstra esse problema?
- Quem é mais afetado?
- Em quais escolas/comunidades ele é mais forte?
- Quais são suas principais causas?
- O que já existe e funciona?
- O que precisa mudar nos próximos dez anos?
- O que deveria ser prioridade nos primeiros dois anos?
- Que compromisso cabe ao município?
- Que apoio depende do Estado, União ou de outros setores?
- Como a sociedade pode acompanhar a execução?

ANEXO G - QUADRO DE MEMÓRIA PARTICIPATIVA

Data	Espaço/segmento	Participantes	Contribuição recebida	Decisão/sistematização	Justificativa

REFERÊNCIAS ORIENTADORAS

BRASIL. Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação vigente e demais normas aplicáveis ao planejamento educacional.

BRASIL. Plano Nacional de Educação vigente e legislação correlata, conforme referências oficiais aplicáveis ao planejamento educacional decenal. A equipe municipal deverá conferir a legislação vigente e os atos regulamentares aplicáveis no momento da consolidação do PME.

Bases oficiais recomendadas para o diagnóstico: INEP/MEC, IBGE/SIDRA, sistemas próprios da Secretaria Municipal de Educação e demais bases públicas oficiais pertinentes ao objetivo analisado.

NOTA TÉCNICA

Este Caderno é um instrumento orientador. A versão final do PME deverá ser submetida à revisão técnica, jurídica, orçamentária e às instâncias municipais competentes, observando a legislação vigente e a versão definitiva do PEE da Bahia.

PARTE II - MATRIZ OPERACIONAL APROFUNDADA DOS 19 EIXOS-OBJETIVOS

Esta parte complementa as fichas anteriores. Para cada eixo, acrescenta onde buscar os dados, como calcular, erro frequente e pergunta-chave para a oficina. Os exemplos de metas devem sempre partir da linha de base real do município.

Eixo-objetivo	Onde buscar	Como calcular	Erro comum	Pergunta para oficina
1. Acesso à Educação Infantil	IBGE/SIDRA; Censo Escolar; demanda manifesta; lista de espera; Busca Ativa	$\text{Atendimento} = \frac{\text{matrículas da faixa população da mesma faixa}}{100}$	Copiar meta externa sem linha de base	Onde estão as crianças não atendidas e por quê?
2. Qualidade da Educação Infantil	Censo Escolar; RH; vistorias; PPP; autoavaliação; escutas	$\text{Docentes adequados} = \frac{\text{docentes adequados}}{\text{total}} \times 100$	Reduzir qualidade ao prédio	Que condições garantem qualidade a bebês e crianças?
3. Alfabetização	Avaliações oficiais/municipais; frequência; fluxo; acompanhamento	$\text{Alfabetizados} = \frac{\text{crianças no padrão avaliadas elegíveis}}{100}$	Olhar só a média municipal	Quem ainda não está alfabetizado, onde e por quê?
4. Acesso, trajetória e conclusão	Censo Escolar; sistemas municipal/estadual; Busca Ativa; transporte	$\text{Abandono} = \frac{\text{abandonos de matrícula}}{\text{referência}} \times 100$	Ignorar a transição entre redes	Em que ponto a trajetória se rompe?
5. Aprendizagem	SAEB/IDEB; avaliações municipais; fluxo; frequência; equidade	$\text{Adequado} = \frac{\text{estudantes no padrão avaliados}}{100}$	Usar IDEB isoladamente	Quais grupos aprendem menos e por quê?
6. Educação Integral	Censo Escolar; PPP; currículo; infraestrutura; alimentação; RH	$\text{Tempo integral} = \frac{\text{matrículas integrais}}{\text{matrículas totais}} \times 100$	Expandir sem condições de qualidade	A jornada amplia experiências ou apenas tempo?
7. Conectividade e Educação Digital	Censo Escolar; medição de internet; inventário; currículo; formação	$\text{Conectadas} = \frac{\text{escolas no padrão municipal}}{\text{total}} \times 100$	Contar internet administrativa como pedagógica	A conexão chega aos espaços de aprendizagem?
8. Sustentabilidade	Censo Escolar; Defesa Civil; Meio	$\text{Adequadas} = \frac{\text{escolas}}{\text{no}}$	Ficar em ações comemorativas	Quais riscos climáticos

e Socioambiental	Ambiente; vistorias; mapas de risco	requisito definido ÷ total × 100		afetam as escolas?
9. Campo, Indígena e Quilombola	Censo Escolar; IBGE; mapas; consulta comunitária; transporte; PPP	Atendimento territorial = matriculados residentes ÷ população da faixa × 100	Apagar especificidades com média municipal	O território garante acesso sem deslocamento excessivo?
10. Educação Especial Inclusiva	Censo Escolar; AEE; SRM; acessibilidade; RH; TA; transporte	AEE = elegíveis atendidos ÷ elegíveis identificados × 100	Confundir diagnóstico clínico com educacional	Quais barreiras impedem participação e aprendizagem?
11. EJA	IBGE/SIDRA; Censo Escolar; chamada pública; Busca Ativa	Atendimento = matrículas EJA ÷ demanda potencial estimada × 100	Planejar só pela matrícula atual	Onde está a demanda que nunca chega à escola?
12. Acesso à EPT	Censo Escolar; rede estadual/federal; IFs; APLs; juventudes	Atendimento = matrículas de residentes ÷ população-alvo definida × 100	Assumir oferta como responsabilidade exclusiva municipal	Que contribuição concreta cabe ao município?
13. Qualidade da EPT	Instituições ofertantes; egressos; estágio; fóruns territoriais	Conclusão = concluintes ÷ coorte acompanhada × 100	Avaliar só pelo número de matrículas	A oferta dialoga com o desenvolvimento territorial?
14. Acesso à Graduação	IBGE; Censo da Educação Superior; IES/polos; egressos	Acesso 18-24 = matriculados ÷ população 18-24 × 100, se bases compatíveis	Assumir oferta superior como obrigação direta municipal	Que barreiras locais podem ser reduzidas?
15. Qualidade da Graduação	IES; convênios; estágios; extensão; pesquisas	Parcerias efetivas = parcerias com entregas formalizadas × 100	Criar meta dependente só da universidade	Como aproximar IES e Educação Básica local?
16. Pós-Graduação Stricto Sensu	RH; IES; programas de pós; registros de qualificação	Titulação = mestres/doutores ÷ total do grupo definido × 100	Prometer curso que o município não oferta	Que prioridades do PME podem orientar pesquisa?

17. Formação e Valorização	RH; carreira; folha; concursos; formação; saúde do trabalhador	Formação adequada = adequados ÷ total × 100; efetivos = efetivos ÷ vínculos × 100	Tratar valorização só como formação	Carreira, jornada, vínculos e condições estão adequados?
18. Gestão Democrática	CME/FME; Conselhos Escolares; regras de direção; PPP; transparência	Conselhos ativos = escolas com conselho ativo ÷ total × 100	Confundir consulta pontual com gestão democrática	Quem decide, participa e acompanha?
19. Financiamento e Infraestrutura	PPA/LDO/LOA; Fundeb; MDE; Salário-Educação; PAR; patrimônio	Metas financiadas = metas prioritárias com ação orçamentária ÷ prioritárias × 100	Aprovar meta sem custo ou fonte	Quanto custa cumprir e onde o recurso aparecerá?

MODELO FIXO - DO DIAGNÓSTICO À REDAÇÃO DO PME

Etapa	Registro obrigatório
DADO	valor + ano + fonte + território
EVIDÊNCIA	o que o dado demonstra quando cruzado com outras fontes
PROBLEMA	direito ou resultado não plenamente assegurado
CAUSAS	por que o problema acontece
CAUSAS CRÍTICAS	causas de maior impacto e passíveis de ação pública
OBJETIVO	mudança que se pretende produzir
META	resultado mensurável + prazo + linha de base + público/território
ESTRATÉGIAS	ações coerentes com as causas
FINANCIAMENTO	custo estimado, quando possível + fonte potencial/prevista + PPA/LDO/LOA/PAR
MONITORAMENTO	indicador + fórmula + fonte + periodicidade + responsável

EXEMPLO DIDÁTICO COMPLETO - MUNICÍPIO ESPERANÇA

Campo	Exemplo
Dado	População 0-3: 2.000; matrículas em creche: 620; cobertura: 31%.
Evidência	A demanda não atendida concentra-se em dois territórios.
Problema	Atendimento à demanda por creche insuficiente e territorialmente desigual.
Causas	Oferta física insuficiente; distribuição desigual; ausência de expansão orientada pela demanda; limitações de pessoal.
Objetivo	Ampliar o acesso à creche com equidade territorial.
Meta-modelo	Elevar progressivamente a cobertura a partir da linha de base de 31% e atender a demanda manifesta no prazo definido pelo município, priorizando territórios de maior déficit.
Estratégias-modelo	Atualizar demanda; mapear vazios; reorganizar/ampliar vagas; prever obras e pessoal; Busca Ativa; vincular expansão ao orçamento.

Indicador	Taxa de atendimento = matrículas de 0-3 ÷ população de 0-3 × 100.
Financiamento / viabilidade e fontes potenciais	Identificar ação no PPA, prioridade na LDO, dotação na LOA e fontes complementares.
Monitoramento	Apuração anual com divulgação territorializada e análise das desigualdades.

CHECKLIST FINAL - A META ESTÁ PRONTA?

- ☐ Problema comprovado por evidências
- ☐ Fonte e ano registrados
- ☐ Linha de base calculada
- ☐ Territorialização e equidade analisadas
- ☐ Problema, causa, consequência e solução diferenciados
- ☐ Objetivo responde ao problema
- ☐ Meta mensurável e com prazo
- ☐ Estratégias enfrentam causas críticas
- ☐ Responsabilidade municipal e colaboração definidas
- ☐ Articulação intersetorial prevista quando necessária
- ☐ Indicador, fórmula, fonte e periodicidade definidos
- ☐ Viabilidade financeira analisada, com custo estimado e fontes potenciais identificadas quando possível
- ☐ Vínculo PPA/LDO/LOA previsto
- ☐ Participação social registrada
- ☐ Nenhum percentual foi copiado sem territorialização

PARTE III - CADERNO DE BORDO DA EQUIPE MUNICIPAL

Esta parte foi pensada para conversar com a equipe durante a construção do PME. Não é necessário preencher tudo de uma vez. Uma informação que ainda não existe também é um achado: registre a lacuna, defina quem irá buscá-la, a fonte provável e o prazo. Não invente dados para completar quadros.

 INVESTIGUE	Quando faltar evidência, pare a escrita e busque o dado.
 CONVERSE COM A EQUIPE	Quando houver interpretação ou decisão, registre a construção coletiva.
 TERRITORIALIZE	Descubra onde o problema acontece e onde é mais grave.
 OLHE PARA A EQUIDADE	Pergunte quem está ficando para trás e quais desigualdades aparecem.
 PACTUE	Separe o que cabe diretamente ao município do que depende de colaboração.
 FAÇA A CONTA	Antes de criar estratégia, verifique custo, fonte e orçamento.
 ANOTE AQUI	Registre ideias, dúvidas, descobertas e decisões.
 NÃO AVANCE AINDA	Se faltam evidências, linha de base ou análise das causas, a meta ainda não está pronta.

ANTES DE COMEÇAR ESTA ETAPA

Que informações já temos em mãos?

Que informações ainda precisamos buscar?

Quem ficará responsável por cada dado?

Qual prazo a equipe definiu para completar as lacunas?

CADERNO DE BORDO - EIXO 1: ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO**Que mudança queremos produzir neste eixo?****Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?****Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?****Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?****7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE****Alguma ideia surgiu durante a discussão?****Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?****Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?****SEMÁFORO DA EQUIPE**

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 2: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 3: ALFABETIZAÇÃO

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 4: ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 5: APRENDIZAGEM

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 6: EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 7: CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E TDIC

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 8: SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 9: EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESCOLAR INDÍGENA E ESCOLAR QUILOMBOLA

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 10: EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 11: EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 12: ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 13: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 14: ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 15: QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 16: PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 17: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 18: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

CADERNO DE BORDO - EIXO 19: FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO

1. O QUE DESCOBRIMOS?

Qual dado mais chamou a atenção da equipe?

O que esse dado revela sobre a realidade municipal?

Houve alguma informação que surpreendeu a equipe? Por quê?

2. O QUE AINDA NÃO SABEMOS?

Que dado ou informação está faltando?

Onde podemos buscar?

Quem ficará responsável e até quando?

3. OLHE PARA O TERRITÓRIO E PARA A EQUIDADE

Onde o problema é mais grave?

Quem é mais afetado?

Que desigualdade apareceu quando desagregamos os dados?

4. NÃO CORRA PARA A SOLUÇÃO

Qual é exatamente o problema comprovado?

Quais são as principais causas?

Quais causas são críticas e podem ser enfrentadas pelo PME?

5. RESPONSABILIDADES E PACTUAÇÕES

O que depende diretamente do município?

O que exige articulação intersetorial?

O que precisa ser pactuado com Estado, União ou outras instituições?

6. DA ANÁLISE À DECISÃO

Que mudança queremos produzir neste eixo?

Qual pode ser a meta, considerando nossa linha de base?

Que estratégias enfrentam de fato as causas identificadas?

Que recurso será necessário e onde deverá aparecer no orçamento?

7. IDEIAS, DÚVIDAS E INSIGHTS DA EQUIPE

Alguma ideia surgiu durante a discussão?

Existe alguma dúvida que precisa ser esclarecida antes de avançar?

Com quem precisamos conversar antes de fechar este eixo?

SEMÁFORO DA EQUIPE

 PODEMOS AVANÇAR	Temos dados, linha de base, análise das desigualdades, causas e condições para formular a meta.
 PRECISAMOS COMPLEMENTAR	Existem lacunas, mas sabemos quais são, onde buscar e quem será responsável.
 NÃO DEVEMOS ESCREVER A META AINDA	Faltam evidências essenciais ou ainda não compreendemos suficientemente o problema e suas causas.

Decisão da equipe: ☐ avançar ☐ complementar ☐ retornar ao diagnóstico

PAINEL FINAL - ANTES DE FECHAR O PME

CONVERSE UMA ÚLTIMA VEZ COM A EQUIPE

Qual foi a principal descoberta do diagnóstico municipal?

Quais desigualdades precisam aparecer explicitamente no plano?

Quais três problemas exigem maior prioridade nos primeiros anos?

Quais metas têm maior risco de não execução e por quê?

Quais estratégias dependem de novo financiamento?

Quais compromissos exigem regime de colaboração?

Quais setores precisam participar além da Educação?

Quais dados ainda precisam ser institucionalizados para o monitoramento?

Como a sociedade acompanhará o cumprimento do plano?

Se alguém assumir a gestão amanhã, conseguirá entender exatamente o que fazer a partir deste PME?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do ADCT, reduz anualmente o percentual da DRU incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e altera dispositivos constitucionais relativos à educação. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do ICMS, disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, tornar permanente o Fundeb e dispor sobre o padrão mínimo de qualidade do ensino. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do ADCT, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, 2008.

- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e institui o Marco Legal da Primeira Infância. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal. Brasília, DF, 2020.
- BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Brasília, DF, 2021.
- BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 2021.
- BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera a legislação educacional correlata. Brasília, DF, 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF, 2023.
- BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 - novo Plano Nacional de Educação (PNE). Essa foi a correção principal, porque ela precisa ser uma das referências centrais do Caderno Orientador dos PMEs 2026-2036.
- BRASIL. Lei nº 15.436, de 17 de junho de 2026 - Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que tem relação com o eixo da Educação Especial Inclusiva.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB/DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. O documento incorpora a Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: CNE, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF: CNE, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012. As diretrizes tratam, entre outros aspectos, de territorialidade, alimentação, transporte e organização da oferta escolar quilombola.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: CNE, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização e à Base Nacional Comum Curricular e à Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, DF: CNE, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Ações Articuladas - PAR. Brasília, DF: MEC/FNDE.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Brasília, DF: MEC/INEP.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: INEP.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF: INEP.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Brasília, DF: INEP.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE. Brasília, DF: FNDE.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. GeoCapes: Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES. Brasília, DF: CAPES.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA TÉCNICA

As referências apresentadas constituem base normativa, documental, estatística e técnico-pedagógica para o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação. Sua utilização deverá considerar a legislação vigente e as especificidades de cada território, assegurando articulação entre o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano Estadual de Educação, os instrumentos municipais de planejamento e as demais políticas públicas que repercutem sobre a garantia do direito à educação.

A elaboração do novo PME não corresponde à simples reprodução das metas nacionais. A Lei nº 15.388/2026 determina que os planos municipais sejam elaborados mediante lei específica, com duração decenal, em consonância com o PNE e com participação da comunidade educacional e da sociedade civil. Também estabelece prazo de até 15 meses, contado da publicação da Lei, para os municípios publicarem seus planos.